

# **CATEGORIA PETROLEIRA SEGUE FIRME NA LUTA:**

## **PROPOSTA DA PETROBRÁS DEVE SER REJEITADA!**

A diretoria do Sindicato dos Petroleiros do Litoral Paulista, juntamente com representantes da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), esteve reunida no dia 16 de outubro com o alto escalão da Petrobrás para mais uma rodada de negociação do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) da categoria.

Foram mais de cinco horas de reunião, nas quais o movimento sindical reafirmou a necessidade de avanços concretos e reais nas reivindicações apresentadas pela categoria. No entanto, mais uma vez, a Petrobrás trouxe à mesa uma proposta muito aquém das necessidades dos petroleiros e petroleiras, recheada de retrocessos maquiados de avanços e marcada por uma clara tentativa de empurrar um acordo que beneficia apenas a gestão e os acionistas.

Segundo a empresa, o objetivo seria “construir um acordo equilibrado”, mas, na prática, o que se apresenta é um pacote de arrocho e retirada de direitos. A proposta mantém vigência de dois anos e reajuste apenas pelo IPCA, aplicado em setembro de 2025 e 2026 — sem qualquer ganho real. Ou seja, mais dois anos de congelamento salarial, enquanto a Petrobrás segue distribuindo lucros recordes e dividendos bilionários aos acionistas.

Entre os ataques mais evi-

dentos está a cláusula do dia de desembarque, que reduz o crédito atual de meio dia de folga para apenas três horas no banco de horas — um retrocesso direto que atinge em cheio os trabalhadores offshore. Além disso, o novo regramento do banco de horas, com limite de acúmulo de 84 horas e compensações mensais impostas, restringe o controle do próprio tempo e fragiliza ainda mais a jornada dos trabalhadores.

A empresa também tenta mascarar perdas com pequenos “benefícios” pontuais, como o adiantamento do reajuste de 8,5% no VR e VA para o dia 25 de outubro — sem qualquer avanço estrutural no conjunto do ACT. Da mesma forma, a ampliação de cláusulas educacionais, como a inclusão de quem possui guarda definitiva e a possibilidade de manutenção do benefício educacional até 19 anos e 11 meses para conclusão do ensino médio, são ajustes importantes, mas insuficientes diante da ausência de ganhos reais para o conjunto da categoria.

Outro ponto incluído na proposta é o aumento da HETT na RPBC, que passou de 30 para 33 minutos, e a possibilidade de pagamento de horas extras nas folgas de forma direta, com 100% de adicional, sem in-

clusão no banco de horas. Enquanto fala em “modernização”, a Petrobrás também reforça a terceirização em áreas estratégicas, como o apoio à fiscalização de contratos, o que representa mais um ataque à estrutura e à autonomia dos trabalhadores próprios, abrindo espaço para precarização e redução de responsabilidade da gestão sobre as condições de trabalho.

No campo da AMS, a empresa insiste na criação do chamado Fundo de Reserva de Sustentabilidade, que pretende gerir sozinha, sem qualquer transparência ou gestão paritária — ou seja, um novo mecanismo de controle unilateral sobre um direito historicamente conquistado pela categoria. Além disso, anuncia a possibilidade de redução da coparticipação em aproximadamente 30% para quem optar por medicamentos genéricos, um ajuste positivo, mas que não altera o cenário geral de retrocessos e falta de diálogo com os usuários do plano.

Na tentativa de dar verniz social à proposta, a gestão insere pequenos ajustes, como os mencionados acima, e cria campanhas internas, mas nada disso muda o essencial: a proposta mantém a política de retrocessos e de submissão dos direitos da categoria à lógica dos lucros

e dividendos.

O discurso de “equilíbrio” é falso. A Petrobrás continua premiando os acionistas enquanto os trabalhadores e trabalhadoras que constroem diariamente os resultados da empresa seguem desvalorizados. É a continuidade da farra dos dividendos, promovida pela gestão Magda e pela gerência de RH, às custas do suor e da dignidade da categoria.

Além de tudo isso, o Sindipetro-LP e a FNP reforçam que a categoria busca um acordo com vigência de apenas um ano, e não dois. Em um cenário de instabilidade política e econômica, não podemos ficar amarrados a um acordo longo, que nos fragilize diante de mudanças de governo ou de novos projetos de privatização da Petrobrás.

Diante desse quadro, a direção da FNP irá se reunir na nesta segunda-feira (20) para deliberar os encaminhamentos das assembleias. Sabemos que podemos e merecemos muito mais!

Agora é hora de ampliar a mobilização nacional, fortalecer a unidade entre ativos, aposentados e pensionistas, e preparar uma grande greve nacional para dobrar a empresa e garantir um ACT que valorize a categoria e respeite quem faz a Petrobrás acontecer de verdade.

# EMBARCADOS MOSTRAM FORÇA E DÃO RECADO À PETROBRÁS, SOMANDO-SE À MOBILIZAÇÃO NACIONAL PELO ACT

Os petroleiros e petroleiras mostraram mais uma vez sua força e capacidade de organização na mobilização nacional no dia 14 de outubro, que tomou conta das plataformas da Bacia de Santos, das unidades operacionais do Litoral Paulista e de outras bases da FNP. O movimento, marcado pela firmeza e unidade, reafirmou que a categoria está disposta a lutar por um Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) compatível com os lucros bilionários da Petrobrás e com o papel essencial que cada trabalhador e trabalhadora exerce no funcionamento da empresa.

No Litoral Paulista, as orientações do Sindipetro-LP chegaram a todas as unidades — das bases em terra às plataformas — e a resposta dos trabalhadores embarcados foi exemplar. Nas plataformas P-66, P-67, P-68, P-69, P-70 e Mexilhão, as equipes realizaram operação padrão, não emitiram nem liberaram PTs e mantiveram o foco na segurança e na unidade da categoria. A mobilização começou dias antes, com reuniões de alinhamento nas embarcações e articulação pelos grupos de WhatsApp, em um processo de troca de informações e divisão de tarefas entre quem embarcava e quem desembarcava — o que garantiu a continuidade e o fortalecimento do movimento.

No aeroporto de Jacarepaguá, a diretoria do Sindipetro-LP acompanhou de perto os embarques, conversando diretamente com os trabalhadores e trabalhadoras, distribuindo materiais sobre o ACT 2025-2026 e reforçando o chamado à mobilização.

As mobilizações são legítimas e fazem parte da estratégia da FNP de manter a pressão sobre a Petrobrás, garantindo poder real de negociação na mesa. Cabe à categoria decidir a melhor forma de conduzir esse embate, e foi exatamente isso que aconteceu nas assembleias do dia 11 de setembro, quando, por ampla maioria, foram aprovadas as mobilizações, o estado de greve e a assembleia permanente.

A categoria sabe o caminho e tem memória, ratificando que qualquer tipo de assédio, perseguição ou tentativa de punição pela participação nas mobilizações será combatida com firmeza — e os responsáveis serão cobrados e responsabilizados. Não esquecemos os casos de 2020, durante o governo Bolsonaro, quando trabalhadores de plataformas foram punidos por exercer o direito de greve e o Sindipetro-LP garantiu na Justiça a reversão de demissões e penalidades. Hoje, em um cenário político diferente, os trabalhadores voltam a se mobilizar com ainda mais confiança — sabendo que,

se houver assédio, o Sindicato atuará novamente com firmeza para defender cada companheiro e companheira.

## Muito além da reposição da inflação

As reivindicações da categoria vão muito além da reposição inflacionária. Entre os pontos centrais estão a devolução dos direitos cortados em 2019, como o Programa Jovem Universitário, a correção da RMNR, a criação de um novo Plano de Cargos e Salários e a valorização da diversidade e da igualdade regional.

Para os trabalhadores embarcados, a pauta da FNP reforça demandas históricas: hotel pré e pós-embarque, logística de deslocamento custeada pela empresa, pagamento de horas extras de deslocamento, melhoria da hotelaria e alimentação a bordo, garantia de vale-alimentação proporcional, adequação das escalas e a criação de uma comissão específica de SMS para as plataformas, diante das condições críticas de segurança denunciadas em diversas unidades.

A defesa de um acordo com vigência de um ano também é estratégica: garante segurança jurídica, mantém o poder de negociação ativo e evita que a categoria fique presa a um ACT longo e sem avanços — uma lição aprendida com o acordo de dois anos imposto

em 2019, que trouxe perdas importantes.

A Petrobrás, até agora, mantém a postura de repetir o acordo de dois anos atrás, sem apresentar nenhum avanço concreto.

## Mobilização em outras bases petroleiras

No Litoral Paulista, a mobilização também foi forte nas unidades operacionais em terra. Na UTGCA (Caraguatatuba), no Terminal da Alemoa (Santos) e em Pilões (Cubatão), os trabalhadores e trabalhadoras realizaram atos, panfletagens e conversas com as equipes sobre o ACT 2025-2026, reforçando a importância da luta por valorização e direitos.

As mobilizações também se estenderam por outras regiões do país. No Rio de Janeiro, o Sindipetro-RJ promoveu atrasos nos embarques e panfletagens nas unidades e no Edifício Horta Barbosa. Em Manaus, o Sindipetro Amazônia denunciou o descaso da empresa com as negociações e reforçou a cobrança por avanços concretos.

Com mobilização em terra e no mar, os petroleiros e petroleiras deram um recado claro: não há produção, nem lucro bilionário, sem quem faz a Petrobrás acontecer todos os dias. E se for preciso parar para ser ouvido, a categoria já mostrou que está pronta.